



MOÇAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
Moving people and goods / Movimentando pessoas e bens

RELATÓRIO E CONTAS - 2020

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2020, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O ano de 2020 foi o terceiro ano de implementação do Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração dos CFM para o triénio 2018-2020, no qual dentre outras acções foi concebido um plano de investimento global avaliado em cerca de USD 502 milhões, sendo USD 255 milhões em investimentos prioritários, com recurso a fundos próprios, com o propósito de incrementar o tráfego ferroviário de 10,8 milhões de toneladas em 2018 para 19,4 milhões em 2020 bem como o aumento dos níveis de eficácia e eficiência no manuseamento portuário de mercadorias nos terminais sob gestão do CFM.

No cumprimento dos objectivos deste Plano Estratégico, no triénio 2018-2020 foram desembolsados cerca de USD 202,1 milhões, que corresponde a 40%, (sendo USD 136 milhões para Ferrovia e USD 65 milhões área Portuária).

No Sistema Ferroviário, investiu-se cerca de 67% (USD 136,3 milhões) com destaque no aumento do material circulante (Locomotivas, Vagões) com cerca de USD 58,9 milhões, reconstrução de Infra-estruturas ferroviárias no valor de USD 71,04 milhões e sinalização com cerca de USD 6,3 milhões.

No sistema portuário, investiu-se cerca de 33% (USD 65,9 milhões) com destaque na Dragagem de emergência e de manutenção do Porto da Beira com cerca de USD 39,6 milhões; aquisição de equipamento portuário com cerca de USD 22,1 milhões (2 Rebocadores, 1 Lancha), obras portuárias no valor de USD 2,2 milhões e formação (USD 1,9 milhões).

Destes investimentos foi possível incrementar o nível de produção e tráfego ferroviário para cerca de 16,8 milhões de toneladas líquidas em 2020 contra 19,4 previstos no plano estratégico, o que corresponde a 87% do cumprimento dos objectivos ou metas previstas.

Para o exercício económico de 2020, o Conselho de Administração aprovou cerca de USD 140 milhões para projectos de investimentos, sendo que destes, 42% (cerca de USD 58,4 milhões) destinados ao Projecto de investimento na reabilitação da Linha de Machipanda (projecto trienal) e 20% (cerca de USD 28,8 milhões) para o incremento do material circulante. O valor investido foi cerca de USD 81,5 milhões até o final do exercício económico de 2020.

O exercício económico de 2020 foi caracterizado por: i) contracção da actividade económica mundial e a nacional em particular, devido aos efeitos da Pandemia da COVID-19 que impactou na redução do tráfego ferroviário em 18% e tráfego portuário em 9%; ii) a depreciação do Metical face as principais moedas de transacções (USD e ZAR), iii) desastres naturais e ciclones que afectaram as infra-estruturas ferro-portuárias.

Contudo, o Sistema Ferroviário global, de Janeiro a Dezembro de 2020 transportou cerca de 16,791,0 mil toneladas líquidas, contra cerca de 20,577,0 mil transportadas em 2019, representando uma redução em torno de 18% e um nível de execução de 72% em relação ao planificado. Nas linhas operadas pelo CFM, durante o período em análise, transportou-se cerca de 10,505,0 mil toneladas líquidas contra 11,300,0 mil transportadas no igual período de 2019, que corresponde a uma realização de 90% em relação ao plano, e redução em 7% comparativamente ao volume transportado no período homólogo.

O desempenho do Sistema Ferroviário, foi afectado fundamentalmente pelo impacto da COVID-19 a nível global, e particularmente o Lockdown nos principais corredores ferroviários do Sul e Centro (África do Sul, Suazilândia e Zimbábue), como medidas de contenção e controle da propagação do Covid-19, tendo conduzido a redução significativa da mobilidade de pessoas e bens, particularmente nos meses de Março a Julho, tendo afectado negativamente os produtos tais como: Carvão, Ferro crómio, açúcar e combustível, incluindo o transporte de passageiros.

1

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

Em termos de transporte de Passageiros - no período em análise, transportou-se 3,543,0 mil passageiros contra 7,432,2 mil registados no igual período do ano anterior, que corresponde a uma redução de 52%, e nível de realização de 58%, tendo sido significativa e negativamente afectado pelo confinamento social motivado pelos efeitos da COVID-19, a destacar o mês de Abril onde apenas realizou-se 5% do plano.

No que tange à área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 82% e uma redução de 9% em relação a realização do período anterior, ao registar 40,996,0 mil toneladas métricas (mtm) manuseadas, contra 44,810,0 mtm registadas no igual período de 2019.

Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante este período 11,966,0 mtm contra 8,962,0 mil manuseadas em 2019, o que representa um crescimento em torno de 34% comparativamente a 2019 e uma execução de 106% em relação ao plano, mercê dentre outros factores, da retomada desde o mês de Janeiro, da gestão e exploração directa do terminal de carga geral e contentores de Nacala.

Entretanto, o ano de 2020 foi caracterizado por muitos desafios impostos pela conjuntura interna e internacional, os efeitos da pandemia da Covid19 que exigiram da gestão da empresa, maior eficiência, melhor capacidade de resposta na operação, por forma a assegurar a robustez e estabilidade da estrutura financeira da empresa. Mesmo assim, a empresa CFM registou um resultado antes dos impostos positivo na ordem de 7,808,7 milhões de Meticals.

O Conselho de Administração, perante a conjuntura económica desfavorável a nível regional e do Mundo, centrou as medidas de gestão no esforço de contenção e racionalização de custos operacionais nos seguintes elementos: i) Congelamento de novas contratações para o ano de 2020; ii) Controle de consumo de combustíveis na operação; iii) Controle dos custos de aluguer do material circulante (vagões e Locomotivas – determinou a redução do aluguer das Locomotivas em detrimento do uso de material próprio); iv) Controle dos custos das manutenções, priorizando a segurança das operações; v) Redução dos custos com as comunicações através da implementação da rede interna de fibra óptica para Sede e CFM-Sul bem como de um PBX de comunicação a custo zero com as diversas Direcções incluindo Região Centro e Norte.

Em termos de Responsabilidade Social, em 2020, o CFM participou em várias acções, principalmente nas áreas de promoção da Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes. Contudo, com o surgimento da COVID-19, em finais de 2019 e sua rápida propagação ao nível mundial, tendo a OMS/Organização Mundial da Saúde decretado o estado de pandemia mundial e, ao abrigo das orientações do nosso Governo, a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique-CFM adoptou um conjunto de medidas a serem cumpridas nos portos, sistema ferroviário, bem como nos sectores de produção da Empresa. Com essas medidas, estão a ser assegurados os serviços da Empresa o que permite reduzir os graves impactos da economia mundial e os seus efeitos sociais para milhares de trabalhadores e suas famílias. Nesta perspectiva, o Conselho de Administração passou a direccionar as acções de Responsabilidade Social no sentido de garantir:

- I. Intensificação dos serviços de limpeza em todos os acessos e locais de trabalho;
- II. Aquisição e colocação, em todos os sectores da empresa (Sede, CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte), de dispensadores com gel em álcool, bem como pulverização e desinfecção das carruagens, estações e pátios adjacentes.
- III. Elaboração e divulgação de mensagens esclarecedoras sobre o COVID-19, disseminadas através de canais internos como sejam, comunicações internas, email e grupos de whatsapp, bem como através da imprensa (escrita e rádio televisiva).

2

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

Na vertente de transporte de passageiros (como acção de Responsabilidade Social), a Empresa continua a subsidiar o custo do transporte por passageiro na ordem de 85%. Por outro lado, o CFM tem desenvolvido acções com vista ao melhoramento do défice entre os proventos e os custos operacionais, tais como: (i) vedação das Estações e controlo de acessos com vista a garantir que todos os passageiros adquirem bilhetes; ii) introdução de escolta policial aos comboios de passageiros, para garantir maior segurança, iii) introdução de um sistema de bilhética electrónica a nível dos principais estações de comboio.

É de salientar que nos últimos tempos, a empresa tem vindo a receber pedidos de apoio financeiro e patrocínio, vindos de pessoas singulares e colectivas trazendo projectos de várias naturezas, alguns dos quais foram das linhas de acção da empresa e de certa forma com grande impacto social, que tem merecido apoio e acatamento.

Maputo, 16 de Abril de 2021

Eng. Miguel Matabel
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo

Eng. Aboojacar Adamo Missa
Administrador Executivo

Dra. Maria de Fátima Manguo
Administradora Executiva

Eng. Anísio Bainha
Administrador Executivo

Dr. Rogério Nykomo
Administrador Executivo

3

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integridade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche (Moçambique), Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 5 e 6.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2020, constantes das páginas 7 a 55, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa e assinadas pelos seus representantes:

Eng. Miguel Matabel
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo

Dr. Carlos Macamo
Director da Administração e Finanças

4



RELATÓRIO E CONTAS DE 2020 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições conjugadas das alíneas a) *in fine* b), c) e g) do artigo 17 da Lei nº. 3/2018, de 19 de Junho, Lei do Sector Empresarial do Estado (LSEE), o Conselho Fiscal da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM, E.P.), no exercício das suas atribuições examinou o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras dos CFM, E.P. – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM, E.P., bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal procedeu às verificações julgadas pertinentes, tendo concluído que:

- O Relatório de Gestão apresenta de forma detalhada as principais actividades realizadas no decurso do exercício de 2020;
- As Demonstrações Financeiras dos CFM, E.P., compostas por Balanço, Mapa de Demonstração dos Resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das Principais Políticas Contabilísticas e Notas Explicativas às Contas satisfazem os requisitos legais;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e reflectem a posição patrimonial e financeira dos CFM, E.P., em 31 de Dezembro de 2020, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício;

Da análise efectuada às Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal considera importante destacar os seguintes desenvolvimentos:

- O activo total situou-se em 57.374,7 milhões de meticals, representando um acréscimo de 18%, face a 2019;
- O passivo total cresceu em 26%, ao passar de 14.062,5 milhões de meticals em 2019 para 17.702,4 milhões de meticals em 2020;
- A situação líquida no valor de 39.672,3 milhões de meticals, correspondeu a um crescimento na ordem de 15% relativamente a 2019;
- O resultado bruto fixou-se em 7.808,7 milhões de meticals, representando um acréscimo em cerca de 158% relativamente ao resultado apurado em 2019.

Assim, o resultado líquido depois dos impostos situou-se em 5.226,7 milhões de meticals, ou seja, um crescimento em cerca de 153% em relação ao apurado no exercício de 2019.

O Conselho Fiscal anotou os impactos da Pandemia da COVID – 19, que influenciaram negativamente no nível de execução global do Plano Estratégico 2018-2020, com realce para a componente de investimentos programados para o exercício de 2020, situação que coloca muitos desafios ao Conselho de Administração, no que concerne a planificação e priorização de investimentos estruturantes, na implementação do Plano Estratégico 2021-2024.

8/07

Tendo em consideração, os elementos apresentados pela Administração, analisados e reflectidos nos indicadores retro mencionados, o Conselho Fiscal é de parecer favorável e recomenda aos órgãos competentes que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório e Contas dos CFM, E.P., referentes ao exercício económico de 2020.

Relativamente à proposta de aplicação do Resultado Líquido apurado no exercício em apreço, o Conselho Fiscal recomenda que seja observado o preceituado nas alíneas k) e o) do artigo 12 da LSEE, das quais infere-se que compete à Assembleia Geral apreciar e deliberar sobre a política de dividendos e a aplicação de resultados de cada exercício económico. Recomenda também que se tenha em conta a carteira de investimentos estruturantes a realizar no quadriénio 2021-2024, bem como os desafios do accionista Estado no âmbito da mitigação da Pandemia da COVID – 19.

A terminar, o Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores dos CFM, E.P., que apesar das adversidades prevaletentes, empreenderam esforços que culminaram com o alcance dos resultados positivos no exercício económico de 2020, contribuindo assim, no desenvolvimento da economia nacional.

Maputo, Maio de 2021

O Conselho Fiscal


Luís Matsinhe, Presidente


Matias Boa, Vogal


Evelina Novela, Vogal



DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO CFM Relatório e contas 2020

Parecer

A Direcção de Auditoria Interna (DAI) acompanhou o funcionamento da empresa ao longo do exercício económico de 2020, materializando as suas competências e consubstanciando no plano anual de actividades preparado para a dimensão integral do CFM, cobrindo a Sede, Direcções Executivas e suas delegações, previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

No exercício das suas funções, a DAI teve o necessário apoio do Conselho de Administração e das Direcções Executivas do CFM aos quais oportunamente endereçou os relatórios das auditorias realizadas cuja estrutura apresentava as constatações individualizadas, riscos, implicações, recomendações e a avaliação do risco, considerados os comentários e planos de acção dos órgãos de gestão.

Deste modo, o parecer da Direcção de Auditoria Interna em torno das contas do CFM relativas ao exercício económico de 2020 é expresso nos seguintes termos:

- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a lei em vigor no País, adoptando regras e princípios universalmente aceites, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, aplicado a grandes empresas (PGR-NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa pôr em causa a continuidade da empresa num futuro previsível;
- O desempenho do sistema ferroviário, foi afectado fundamentalmente pelo impacto da COVID-19 a nível global, e particularmente o "lock down" nos principais corredores ferroviários do Sul e Centro (África do Sul, Swazilândia e Zimbábue), como medidas de contenção e controlo da propagação do COVID-19, tendo conduzido a redução significativa da mobilidade de pessoas e bens, particularmente nos meses de Março a Julho, afectando negativamente os produtos tais como: Carvão, Ferro Crómio, Açúcar e Combustível, incluindo o Transporte de Passageiros.

1

Sede: Praça dos Trabalhadores, Maputo, República de Moçambique
Caixa Postal 2158 | Telefones: 21 427 173 / 21 421 081 | Fax: 21 427 746 | Telex: 6.208 CFMS-MO

- Os Rendimentos e Ganhos durante o período em análise, situaram-se em 25.208,3 milhões de meticals contra 19.935,4 milhões de meticals registados em 2019, o que significa que os rendimentos cresceram em 28% comparativamente ao período anterior e uma realização de 116% do plano.
- Os Gastos e Perdas durante o período em análise situaram-se em 17.649,4 milhões de meticals contra 16.512,17 milhões de meticals em 2019, que corresponde a um incremento em 7%, e 100% de realização do plano.
- Os resultados operacionais neste período foram de 4.672,5 milhões de meticals, contra o resultado de 1.254,9 milhões de meticals realizados em 2019, o que significa que houve um incremento de proveitos significativos durante o ano 2020 e uma relativa contenção de custos de produção, mercê, do aumento da capacidade e do volume manuseado nos terminais de Combustível da Beira e de Cereais da Matola bem como da retomada da gestão e exploração directa do Terminal de Carga e Contentores de Nacala a partir do mês de Janeiro 2020.

Com base no exposto, apresentamos **parecer favorável** as Demonstrações Financeiras pois apresentam de forma fidedigna e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P., em 31 de Dezembro de 2020, em conformidade com as normas Internacionais de Relato Financeiro.

As Demonstrações Financeiras da empresa CFM demonstram uma Reinvenção da Gestão Empresarial no Contexto da Pandemia da COVID-19, bem como a robustez para garantir a continuidade e cumprir com a missão de transportar pessoas e bens com segurança e assegurar o emprego a milhares de Moçambicanos.

Maputo, 26 de Abril de 2021


A DAI

(Ana Maria Zandamela, Dra)

2





Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
Moçambique LDA
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 2017
Rua dos Desportistas, 433
Prédio 01 V1, 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 21430584
Tel: +258 20609100
contact@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM)

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (a Sociedade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 e a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas, conforme páginas 7 a 55.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos Independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.



Directors: X Beith, Ml Jarvis, J Machado
Associate of Deloitte Africa, a Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

5

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 18 de Maio de 2021



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova
Partner
Auditora Certificada nº 56/CA/OCAM/2014

6

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Balanço
em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2020	2019 Reexpresso
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	6	29.135.602	28.514.053
Activos tangíveis de investimento	7	3.829.169	4.412.615
Activos intangíveis	8	60.934	69.861
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	96.120	90.906
Outros activos financeiros	10	28.550	28.550
Activos por impostos diferidos	27.5	530.779	759.883
		33.681.154	33.875.868
Activos correntes			
Inventários	11	3.218.489	1.940.156
Clientes	12	3.385.758	3.199.958
Outros activos financeiros	10	172.752	163.434
Outros activos correntes	13	4.658.576	2.164.974
Impostos a recuperar	27	-	698.080
Caixa e bancos	14	12.257.922	6.516.126
		23.693.497	14.682.728
Total dos activos		57.374.651	48.558.596
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		7.693.479	6.228.319
Resultados transitados		25.509.135	24.957.734
Resultados líquidos do período		5.226.668	2.067.105
Total do capital próprio		39.672.263	34.496.139
Passivos não correntes			
Provisões	19	2.102.159	2.407.262
Empréstimos obtidos	16	4.899.047	1.237.781
Outros passivos financeiros	17	6.002.246	6.002.246
Outros passivos não correntes	18	618.804	649.984
		13.622.256	10.297.273
Passivos correntes			
Provisões	19	148.053	31.075
Fornecedores	20	671.030	1.109.167
Empréstimos obtidos	16	114.109	471.493
Outros passivos financeiros	17	1.372.533	1.607.006
Impostos a pagar	27.4	1.204.139	-
Outras contas a pagar	18	570.268	546.443
		4.080.132	3.765.184
Total dos passivos		17.702.388	14.062.457
Total do capital próprio e dos passivos		57.374.651	48.558.596

A Direcção



O Técnico de Contas



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração dos resultados por naturezas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2020	2019 Reexpresso
Vendas de bens e serviços	21	17.483.585	13.129.958
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(935.206)	(537.042)
Custos com o pessoal	22	(4.996.046)	(4.714.667)
Fornecimentos e serviços de terceiros	23	(6.391.141)	(5.352.073)
Amortizações	6, 7, 8	(3.388.479)	(3.376.230)
Provisões	19	(461.135)	183.629
Ajustamentos de inventários	11	51.689	700
Imparidades de contas a receber	12, 13	(364.469)	(1.144.005)
Imparidades de Investimentos Financeiros	9	594.298	(238.814)
Outros ganhos e perdas operacionais	24	3.329.194	3.206.098
		4.922.290	1.157.554
Rendimentos financeiros	25	3.888.197	2.384.569
Gastos financeiros	26	(801.779)	(516.691)
		2.886.418	1.867.878
Resultados antes de impostos		7.808.708	3.025.432
Imposto sobre o rendimento	27.1	(2.582.040)	(958.327)
Resultados líquidos do período		5.226.668	2.067.105

A Direcção



O Técnico de Contas



4



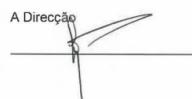
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração das variações no capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2019	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	26.179.573	1.958.368	35.609.241
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	1.958.368	(1.958.368)	-
Dividendos	-	-	-	-	(871.128)	-	(871.128)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2.165.288	2.165.288
Saldo final 2019	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	27.266.813	2.165.288	36.903.401
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	-	(2.309.079)	(98.183)	(2.407.262)
Saldo no fim de 2019 reexpresso	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	24.957.734	2.067.105	34.496.139
Aplicação dos resultados	-	-	1.465.160	-	700.128	(2.165.288)	-
Dividendos	-	-	-	-	(700.128)	-	(700.128)
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	-	649.584	-	649.584
Aplicação do Fundo Xiporo	-	-	-	-	(98.183)	98.183	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	5.226.668	5.226.668
Saldo no fim de 2020	1.242.981	368.232	6.989.304	335.943	25.509.135	5.226.668	39.672.263

A Direcção



O Técnico de Contas



5

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração de fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		5.226.668	2.165.288
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Amortizações	6, 7, 8	3.388.479	3.376.230
Imparidades de contas a receber	6, 11, 12	364.469	1.144.005
Reversão de imparidade de activos tangíveis		(594.298)	-
Impostos		2.582.040	-
Provisões	19	(188.125)	(168.862)
Mais ou menos valias na alienação de acções		(5.215)	(26.358)
Ganhos/ perdas actuarias	19	649.584	-
Outros Ajustamentos	CE	-	(219.471)
Juros e rendimentos similares (líquidos)		(977.401)	(54.733)
Fluxos de caixa antes das alterações no fundo maneio		10.446.201	6.216.099
Aumento em inventários	11	(1.278.333)	(514.064)
Aumento em clientes e outras contas a receber	10, 12	(559.587)	(1.085.359)
(Aumento) / Redução em outros activos correntes	13	(2.493.603)	741.323
Redução em fornecedores e outros passivos financeiros	20	(672.610)	(508.175)
Aumento / (redução) em outras contas a pagar	17, 18	(7.355)	(155.203)
Caixa gerada pelas actividades operacionais		5.434.713	4.694.621
Impostos pagos	27, 4	(450.717)	(1.553.294)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		4.983.996	3.141.327
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição dos activos tangíveis	6	(2.833.549)	(3.965.088)
Recebimentos respeitantes a:			
Venda de activos tangíveis		10.194	201.773
Mais valias em participações financeiras		-	26.358
Venda de outros investimentos		-	124.028
Juros e rendimentos similares		-	228.051
Dividendos		1.191.715	1.030.731
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(1.631.640)	(2.354.147)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		159.002	214.312
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		3.303.882	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		-	(1.553.444)
Juros e gastos similares		(373.317)	(97.960)
Dividendos		(700.128)	(871.109)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		2.389.439	(2.308.201)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		5.741.796	(1.521.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.516.126	8.037.147
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		12.257.922	6.516.126

A Direcção



O Técnico de Contas



6

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de meticals e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 16 de Abril de 2021.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Faço aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

Portanto, de momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul);

7

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

- Terminal de Alumínio da Matola;
- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM;
- ❑ Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A. (TCM) que tem a concessão do referido terminal portuário; e
- ❑ Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A. (STM) que tem a concessão de exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

8



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2020, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2020, sendo apresentadas em milhares de meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

9

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2020		2019	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	74,16	75,64	60,86	62,07
Rands Sul-Africanos	5,04	5,14	4,33	4,41
Euros	91,11	92,92	68,22	69,57

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	Anos de vida útil
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuem regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

10

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

11

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

12



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

13

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

14

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

15

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidade com pensões e outros benefícios pós emprego.

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

16



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto n.º 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar da empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço n.º 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

- (i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;
- (ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuárias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

17

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

18

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

19

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. Entretanto, constatamos que a responsabilidade sobre o fundo de pensões criado no ano de 2018 não foram reconhecidas nos exercícios passados. Houve também a necessidade de reclassificar para financeiros por forma a reflectir a real natureza dos saldos.

	Saldo anteriormente reportado 2019	Ajustamento	Saldo reexpresso 2019
Balanço			
Activos correntes			
Outros activos financeiros	128.405	35.029	163.434
Outros activos correntes	2.200.003	(35.029)	2.164.974
Capital próprio	36.903.401	(2.407.262)	34.496.139
Passivos não correntes			
Provisões	-	2.407.262	2.407.262
Passivos correntes			
Outros passivos financeiros	45.277	1.561.729	1.607.006
Outros contas a pagar	2.108.172	(1.561.729)	1.561.729
Demonstração de resultados			
Custos com pessoal	(4.616.484)	(98.183)	(4.714.667)

6. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Custo					
Saldo inicial em 2019	49.452.272	17.644.997	1.894.052	1.554.416	70.545.737
Adições	45.621	2.075.576	577.038	1.266.853	3.965.088
Abates	-	-	(31.930)	-	(31.930)
Transferências	615.314	38.415	252.725	(906.454)	-
Ajustamentos	-	-	(254.088)	(72.337)	(326.425)
Saldo final em 2019	50.113.207	19.758.988	2.437.797	1.842.478	74.152.470
Adições	30.929	721.678	483.468	1.626.891	2.862.966
Abates	(6.360)	-	(21.604)	-	(27.964)
Transferências	454.146	1.118.513	22.147	(1.594.806)	-
Ajustamentos	-	-	564	(36.322)	(35.758)
Saldo final em 2020	50.591.922	21.599.179	2.922.372	1.838.241	76.951.714

20



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial em 2019	(28.797.199)	(13.550.422)	(195.949)	-	(42.543.570)
Reforço	(2.394.442)	(246.702)	(15.987)	-	(2.657.131)
Abates	-	(21.350)	-	-	(21.350)
Transferências	453.351	(275.419)	-	-	177.932
Saldo inicial em 2020	(30.738.290)	(14.093.893)	(211.936)	-	(45.044.119)
Reforço	(1.758.308)	(1.021.724)	(15.411)	-	(2.795.443)
Abates	6.360	15.794	-	-	22.154
Ajustamentos	-	-	1.296	-	1.296
	(32.490.238)	(15.099.823)	(226.051)	-	(47.816.112)
Imparidades acumuladas					
Saldo inicial em 2020	(594.298)	-	-	-	(594.298)
Reversão de Imparidades	594.298	-	-	-	594.298
Saldo final em 2020	-	-	-	-	-
Saldo líquido					
2019	18.780.619	5.665.095	2.225.861	1.842.478	28.514.053
2020	18.101.684	6.499.356	2.696.321	1.838.241	29.135.602

Em 31 de Dezembro de 2020, os activos tangíveis em curso totalizavam 1.838.241 milhares de meticals e apresentavam a seguinte decomposição:

	Construção	Equipamento básico	Outros activos	Total
Investimentos em curso	643.765	1.193.511	964	1.838.241

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis como garantia de passivos.

21

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

7. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
Custo			
Saldo final em 2019	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Saldo final em 2020	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2019	(11.362.211)	(1.294.317)	(12.656.528)
Reforço	(690.587)	(19.129)	(709.716)
Saldo inicial em 2020	(12.051.798)	(1.313.446)	(13.365.244)
Reforço	(564.318)	(19.129)	(583.447)
Saldo final em 2020	(12.616.116)	(1.332.575)	(13.948.691)
Saldo líquido			
2019	4.313.425	99.190	4.412.615
2020	3.749.107	80.062	3.829.169

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelêder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na nota 26. Não foram entregues quaisquer activos tangíveis de investimento como garantia de passivos.

8. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
Custos			
Saldo final em 2019	45.553	51.239	96.792
Saldo inicial em 2020	45.553	51.239	96.792
Adições	662	-	662
Saldo final em 2020	46.215	51.239	97.454

22

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Software	Reservas de terra	Total
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2019	(16.883)	-	(16.883)
Reforço	(10.048)	-	(10.048)
Saldo inicial em 2020	(26.931)	-	(26.931)
Reforço	(9.589)	-	(9.589)
Saldo final em 2020	(36.520)	-	(36.520)
Saldo líquido			
2019	18.622	51.239	69.861
2020	9.695	51.239	60.934

9. Investimentos em subsidiárias e associadas

Houveram movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	2020	2019
Subsidiárias	120.340	141.660
Associadas	152.304	164.064
Outros instrumentos financeiros	47.761	50.128
	320.405	355.850
Imparidade acumulada	(224.284)	(264.944)
	96.121	90.906

9.1. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	2020	2019
Em 1 de Janeiro	(264.944)	(26.130)
Reforço/Reversão/Utilização	40.660	(239.814)
Em 31 de Dezembro	(224.284)	(264.944)

23

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

9.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2020	2019	2020	2019
Subsidiárias				
Sociedade de Turismo do Índico, S.A.	100,00	100,00	-	21.320
CFM - Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100,00	100,00	100	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100,00	100,00	240	240
Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira	100,00	100,00	120.000	120.000
			120.340	141.660
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40,00	40,00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27,50	27,50	23.230	23.230
Cornelêder de Moçambique	33,00	33,00	3.795	3.795
Cornelêder de Quelimane, S.A.	49,00	49,00	-	11.760
Terminal de Cabotagem Maputo	49,00	49,00	5.831	5.831
Maputo Port Development Company	49,00	49,00	7.590	7.590
Portos do Norte, S.A.	30,00	30,00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20,00	20,00	6.000	6.000
Sociedade Terminais de Moçambique	50,00	50,00	68.300	68.300
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49,00	49,00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50,00	50,00	6.000	6.000
			152.304	164.064
Outros investimentos financeiros				
Cimentos de Moçambique	1,60	1,60	39.748	39.748
Transcarga	17,00	17,00	14	14
Technoshore, Limitada	15,00	15,00	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15,00	15,00	405	405
Belavista Holding	65,00	65,00	845	845
Terminal de Granitos	-	50,00	-	2.364
			47.762	50.128

24



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Outros activos financeiros era como segue:

	2020	2019
Não corrente		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	28.550	28.550
Corrente		
Adiantamentos ao pessoal	54.728	49.800
Cauções	91.816	81.947
Acréscimos de juros a receber	25.686	14.322
Acréscimos de rendimentos	10.437	20.707
Remunerações a pagar	27	-
Devedores diversos	620	620
	183.314	167.396
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros	(10.562)	(3.962)
	172.752	163.434

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Inventários era como segue:

	2020	2019
Travessas	308.084	4.127
Material de construção	1.199.680	598.692
Peças e sobressalentes	1.748.528	1.366.405
Combustíveis e lubrificantes	19.652	17.136
Outros materiais	18	19
	3.275.962	1.986.379
Ajustamentos de inventários	(57.473)	(46.223)
	3.218.489	1.940.156

11.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	2020	2019
Em 1 de Janeiro	(46.223)	(46.923)
Aumento	(23.802)	-
Reversão	75.490	700
Utilização	(62.938)	-
Em 31 de Dezembro	(57.473)	(46.223)

25

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2020	2019
Existências iniciais	1.940.156	1.426.092
Compras	2.213.539	1.051.106
Existências finais	(3.218.489)	(1.940.156)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	935.206	537.042

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	2020	2019
Tráfego	2.136.350	1.437.137
Concessionárias	1.061.224	1.092.336
Administrações estrangeiras	173.438	435.653
Clientes de cobrança duvidosa	363.284	537.988
Outros clientes	191.492	230.253
	3.925.788	3.733.367
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(540.030)	(533.409)
	3.385.758	3.199.958

12.1. Perdas por imparidade acumuladas de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2020	2019
Em 1 de Janeiro	(533.409)	(408.434)
Reforço	(37.559)	(216.471)
Reversão	30.938	91.496
Utilização	-	-
Em 31 de Dezembro	(540.030)	(533.409)

26

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	2020	2019
Imposto sobre o valor acrescentado	2.742.641	2.357.642
Gastos diferidos	410.710	187.957
Fundo Nacional de Dragagem	967.505	292.384
Adiantamentos à fornecedores	1.556.750	346.021
	5.677.606	3.184.004
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores	(1.019.030)	(1.019.030)
	4.658.576	2.164.974

13.1. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2020	2019
Em 1 de Janeiro	(1.019.030)	-
Reforço	-	(1.019.030)
Em 31 de Dezembro	(1.019.030)	(1.019.030)

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	2020	2019
Caixa		
Meticals	4	223
Rands Sul-Africanos	-	-
Dólar Norte-Americano	13	2.509
	17	2.732
Depósitos à ordem		
Meticals	669.408	736.792
Dólar Norte-Americano	2.878.147	1.704.911
Rands Sul-Africanos	1.269.249	564.928
Euros	22.146	16.624
	4.839.950	3.043.255
Depósitos a prazo		
Meticals	462.027	252.467
Dólar Norte-Americano	6.825.972	2.719.189
Rands Sul-Africanos	129.956	498.483
	7.417.955	3.470.139
	12.257.922	6.516.126

27

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

15. Capital social

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticals e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Constitui reserva para investimentos nomeadamente o seguinte: (i) a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe forem anualmente destinadas; (ii) receitas provenientes de comparticipações dotações ou subsídios de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim; (iii) os rendimentos especialmente afectos a investimentos

16. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Não correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	2.508.868	-
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	2.390.179	1.237.781
	4.899.047	1.237.781
Correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	-	392.022
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	114.109	79.471
	114.109	471.493
	5.013.156	1.709.274

16.1. Empréstimos bancários

Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200,0 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu a banca nacional para contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120,0 milhões e comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30,0 milhões).

Financiam o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

- USD 60,0 milhões do Standard Bank Moçambique;
- USD 35,0 milhões do BCI;
- USD 25,0 milhões do ABSA Moçambique;

Do montante do financiamento já foram desembolsados até 31/12/2020 cerca USD 42,1 milhões correspondentes a 28% distribuídos da seguinte forma:

- Standard bank com USD 16,6 milhões correspondentes a 11.06%;
- Banco Comercial e de Investimentos com USD 14,0 milhões correspondentes a 9.33%;
- ABSA Bank Moçambique, SA com 2,6 milhões correspondentes a 1.71%; e,
- CFM (Fundos próprios) com 8,9 milhões correspondentes a 5.96%.

28



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Relativamente a comparticipação por banco o Standard bank está com 39%, o BCI com 33% e por fim o ABSA com 6%.

De salientar que com a conclusão do Projecto em curso a linha férrea de Machipanda estará habilitada para uma capacidade de até 3,0 milhões de toneladas por ano (MTPA), contra a actual capacidade de 0.4MTPA; vai ter melhoradas as condições de segurança de circulação, redução de descarrilamentos; redução do tempo de transito das actuais 18h para 12h, incremento da capacidade de carga da linha por eixo dos actuais 16.6 para 20.5 toneladas por eixo e re-estabelecimento da velocidade comercial para 60km/h.

16.2. Financiamentos do Estado

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2020	2019
Não corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	301.355	307.598
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	901.157	908.171
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	15.249	12.739
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	10.285	9.273
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD		1.162.133	-
					2.390.179	1.237.781
Corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	29.490	17.005
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	51.144	37.114
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	22.247	17.805
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	11.228	7.547
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD		-	-
					114.109	79.471
					2.504.288	1.317.252

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuring of Port"). O montante em dívida corresponde a 69.166.030 USD ao câmbio a data de transacção e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos.

29

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena. O montante em dívida corresponde a 492.088 USD no final do ano.

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. O montante em dívida corresponde a 270.993 USD no final do ano.

(iv) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessão de 95 milhões de dólares do Exim Bank da Índia para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da Índia e de Moçambique. Por essa via coube ao MEF o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

Por este crédito foram abertas duas Cartas de Crédito Irrevogáveis (CDI) intermediadas pelo BIM e inscritas na Conta Geral do Estado em contrapartida dos Acordos de Retrocessão. Refira-se ainda que duas das seis locomotivas a adquirir já embarcaram a luz das CDI abertas e tem previsão de desembarque no Porto de Maputo, em finais do corrente mês de Abril, sendo que a totalidade do equipamento segundo o cronograma traçado será entregue até finais de Junho/2021.

17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Não corrente		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
	6.002.246	6.002.246
Corrente		
Cauções pagas	22.877	28.288
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	9.160	16.989
Resultados atribuídos	1.127.990	1.503.980
Outros acréscimos de gastos	212.506	57.749
	1.372.533	1.607.006
	7.374.779	7.609.252

30

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

17.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6.002.246 milhares de Meticals.

18. Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	2020	2019
Outros passivos não correntes		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	391.709	422.889
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	227.095	227.095
	618.804	649.984
Outras contas a pagar		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	16.222	16.222
Adiantamentos de clientes	43.375	55.176
Credores administrações estrangeiras	3.064	-
Credores partes relacionadas	4.075	8.084
Fornecedores de investimentos de capital	-	63.637
Outras operações com trabalhadores	26.877	21.964
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	74.091	73.866
Segurança social (INSS)	8.338	8.429
Outros credores diversos	363.072	267.911
	570.268	546.443
	1.189.072	1.196.427

18.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de meticals. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística esperada.

31

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2019, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Não corrente		
Fundo de pensões (Nota 19.3)	2.102.159	2.407.262
	2.102.159	2.407.262
Corrente		
Provisões para férias	2.289	4.628
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	145.764	26.447
	2.250.212	2.438.337

19.1 Durante o exercício de 2020 não houve movimentação na rubrica Provisões:

	2020	2019
Em 1 de Janeiro		
Ajustamento – Fundo Xiporo (Nota 5 e 19.3)	2.438.337	199.937
Gangos / perdas actuarial – Fundo Xiporp	-	2.407.262
Aumento	(649.584)	-
Reversão	463.798	14.767
	(2.339)	(183.629)
Em 31 de Dezembro	2.250.212	2.438.337

19.2 Provisões para litígios judiciais

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

32



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

19.3 Fundo Xiporo

Os principais pressupostos actuários utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro de 2020 e 2019 são:

Pressuposto financeiro	Responsabilidades em MZN	Responsabilidades em USD
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	12%	5%
Taxa de inflação de preços	5%	2%
Taxa de inflação de salários	6%	0%
Taxa de incremento salarial por mérito	Apenas apenas para MZN	-
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	75%	0%
Taxa de juro (pros-reforma)	7.20%	5%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	RF	RF
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	PM60/64	PM60/64
Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos)	30% reversível	30% reversível
% dos casados na reforma	80%	80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2020	2019
Activos - MZN	4.328	4.382
Activos - USD	73	73
Reformados e pensionistas - MZN	89	55
Reformados e pensionistas - USD	23	20
	4.513	4.530

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	3.278.930	2.777.077
Valor do fundo de pensões	(1.176.771)	(369.815)
Défi ce de financiamento	2.102.159	2.407.262

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	2020	2019
Responsabilidades em 1 de Janeiro	2.777.077	-
Custo dos juros	333.373	(4.172)
Contribuição dos empregados	65.750	57.090
Custo de serviço corrente	100.546	92.167
(Ganhos)/perdas actuariais	100.596	2.703.554
Pensões pagas	(98.412)	(71.562)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	3.278.930	2.777.077

33

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	2020	2019
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	369.815	-
Rendimento esperado	89.438	20.022
Contribuições da empresa	806.550	388.116
Contribuição dos empregados	65.750	57.090
Ganhos/(perdas) actuariais	(55.370)	6.359
Pensões pagas	(98.412)	(71.562)
Despesas pagas	-	(30.210)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	1.176.771	369.815

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2020	2019
Depósitos à ordem	9.297	5.004
Depósitos a prazo	550.786	97.962
Instrumentos de capital e unidades de participação	8.478	13.000
Títulos de dívida pública	489.373	220.496
Outros títulos de dívida	64.520	-
Devedores	68.312	45.682
Valores a pagar	(13.995)	(12.329)
	1.176.771	369.815

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2020	2019
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	2.407.262	-
Custo de serviço corrente	100.546	92.167
Custo dos juros	333.373	(4.172)
Rendimento esperado do fundo	(89.438)	10.188
Total registado na Demonstração de resultados	344.481	98.183
Ganhos/(perdas) actuariais	(649.584)	2.309.079
Total registado em capital próprio	(649.584)	2.309.079
Responsabilidades em 31 de Dezembro	2.102.159	2.407.262

Para o fundamento das responsabilidades para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos.

34

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Fornecedores de combustíveis	52.532	85.989
Fornecedores das locomotivas e acessórios	329.895	414.879
Fornecedores do material de construção da via	21.873	17.433
Fornecedores dos serviços de dragagem	63.745	138.855
Fornecedores dos serviços de manutenção do cais	-	30.962
Outros fornecedores	202.985	421.049
	671.030	1.109.167

21. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Estadias	411.828	248.311
Cabotagem	131.195	14.472
Exportações	398.421	337.636
Importações	1.096.522	485.522
Pilotagem	136.398	86.503
Rebocadores	398.950	271.329
Transporte de passageiros	65.625	162.568
Transporte e manuseamento de mercadorias	14.224.009	11.160.222
Outros serviços prestados	620.637	383.395
	17.483.585	13.129.958

22. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	2020	2019
Remunerações da administração	113.836	110.367
Remunerações de outros colaboradores	3.484.875	3.294.053
Encargos com as remunerações	865.967	444.701
Custos com benefícios de empregados - NCRF 19	-	98.183
Ajudas de custo	18.581	52.816
Indemnizações de trabalhadores	13.277	5.955
Pensões	51.787	57.558
Seguros de acidentes de trabalho e doença	8.760	12.921
Custos de acção social	80.667	86.477
Outros custos com pessoal	358.296	551.636
	4.996.046	4.714.667

O número de trabalhadores em 2020 e 2019 foi de 5.708 e 5.153 colaboradores, respectivamente.

35

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

23. Fornecedores e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Água e electricidade	247.299	210.638
Combustíveis e lubrificantes	639.901	776.295
Ferramentas e utensílios	27.804	15.093
Materiais de manutenção e reparação	343.885	300.531
Material de escritório	51.224	59.556
Serviços de dragagem	595.503	624.340
Estiva	1.551.692	429.611
Manutenção e reparação	778.255	646.342
Transporte de carga e de passageiros	1.153	6.683
Comunicações	83.075	64.429
Publicidade e propaganda	55.911	71.983
Deslocações e estadias	94.215	119.842
Despesas de representação	2.329	3.252
Contencioso e notariado	1.202	33.784
Rendas e alugueres	167.729	444.316
Seguros	74.073	55.225
Limpeza, higiene e conforto	157.969	96.283
Vigilância e segurança	350.195	294.119
Trabalhos especializados	814.751	755.395
Intercâmbio de material circulante	194.825	270.313
Outros fornecimentos e serviços	158.151	74.043
	6.391.141	5.352.073

24. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Ganhos		
Concessões	-	-
Rendas fixas	673.804	702.470
Rendas variáveis	2.322.904	2.413.657
Honorários de gestão	173.180	165.165
Aluguer de locomotivas e vagões	656	41
Aluguer de outros equipamentos	23.169	-
Sinistros	181.744	-
Reversões de imparidade de investimentos financeiros	5.215	-
Subsídios para investimentos	31.154	36.041
Outros rendimentos e ganhos	516.448	515.891
	3.928.274	3.833.265

36



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Metcaís)

	2020	2019
Perdas		
Impostos e taxas	(44.815)	(81.577)
Multas e penalidades	(30)	(12)
Alienação de activos tangíveis	(3.076)	(2.012)
Perdas em investimentos de capital	-	-
Donativos	(77.110)	(77.110)
Quotizações	(3.773)	(5.050)
Programas de responsabilidade social	(68.891)	(79.650)
Clube de actividades desportivas	(296.035)	(348.742)
Indemnizações	(59.335)	(753)
Outros gastos e perdas	(46.015)	(32.281)
	(599.080)	(627.167)
	3.329.194	3.206.098

25. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Juros obtidos	159.002	213.732
Rendimentos de partes sociais	590.331	504.415
Diferenças de câmbio favoráveis	1.595.513	603.632
Dividendos recebidos	1.191.715	1.030.731
Alienação de acções	-	26.358
Outros rendimentos e ganhos financeiros	151.636	5.701
	3.688.197	2.384.569

26. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2019	2018
Juros suportados	(75.641)	(160.884)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(428.462)	(303.870)
Outros gastos e perdas financeiras	(297.676)	(51.937)
	(799.557)	(516.691)

37

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Metcaís)

27. Imposto sobre o rendimento

27.1 O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	2020	2019
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(2.352.936)	(1.332.767)
	(2.352.936)	(1.332.767)
Imposto diferido		
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	(229.104)	759.883
Diminuição / (aumento) em passivos por impostos diferidos	-	(385.443)
	(229.104)	374.440
	(2.582.040)	(958.327)

27.2 A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

27.3 Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 29% (2019: 32%).

	2020	2019
Imposto a pagar à taxa nominal	(2.498.787)	(999.557)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(839.862)	(877.213)
Rendimentos não tributados	985.713	544.003
	(2.352.936)	(1.332.767)

27.4 A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	2020	2019
Saldo em 01 de Janeiro	698.080	341.525
	698.080	341.525
Pagamento por conta	969.900	1.553.294
Outras retenções na fonte	163.271	136.028
Credito de imposto	(682.454)	-
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(2.352.936)	(1.332.767)
Saldo em 31 de Dezembro	(1.204.139)	698.080

38

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Metcaís)

27.5 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2020	2019
Activos tangíveis	-	12.499
Diferenças cambiais não realizadas	430.310	(54.509)
Imparidades de contas a receber	99.736	523.806
Outros	733	278.087
	(530.779)	759.883

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	12.499	110.355	262.590	-	385.444
Imputado / (creditado) ao resultado	-	(164.864)	261.216	278.087	374.439
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	12.499	(54.509)	523.806	278.087	759.883
Imputado / (creditado) ao resultado	(12.499)	484.819	(424.070)	(277.354)	(229.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	430.310	99.736	733	(530.779)

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa não tem prejuízos fiscais para utilizar.

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Imposto Diferido
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	385.444
(Imputado) / creditado ao resultado	374.439
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	759.883
(Imputado) / creditado ao resultado	(229.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(530.779)

28. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

28.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

39

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Metcaís)

	2020	2019
Benefícios de curto prazo	113.836	110.367
	113.836	110.367

28.2. Transacções com partes relacionadas

	2020	2019
Vendas e prestações de serviços		
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	35.462	-
CFM - Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	77.676	-
Cornelder de Moçambique S.A.	1.047.417	1.589.609
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	701.700	814.479
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	45.107	-
Terminal de Desenvolvimento do Norte	1.045.640	2.262.102
Corredor de Desenvolvimento do Norte	8.657	9.092
Transcom, S.A.	2.961.659	4.675.282

28.3. Saldos com partes relacionadas

	2020	2019
Clientes		
Concessões, Tráfego e Outros		
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	172.500	149.046
Corredor de Desenvolvimento do Norte	497.231	-
Cornelder de Moçambique S.A.	179.464	2.059
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	35.959	3.055
Terminal Carvão da Matola	-	13.814
DP World Maputo, S.A.	-	3.287
Cimentos de Moçambique, S.A.	25.662	43.908
CFM - Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	9.438	-
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	60.679	28.351
	980.933	243.520
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	141.714	178.657
Transnet Freight Rail	5	256.996
eSwatini Railways	31.720	26.330
	173.439	461.983
	1.154.372	705.503

40



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar Norte-Americano (USD)	Rand Sul-Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabweano (ZWD)	Total
2020					
Activos financeiros:					
Clientes	1.061.224	173.438	-	-	1.234.662
Caixa e equivalentes de caixa	9.705.119	1.399.205	22.146	-	11.126.470
	10.766.343	1.572.643	22.146	-	12.361.132
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(1.162.133)	-	-	-	(1.162.133)
Empréstimos obtidos	(5.013.156)	-	-	-	(5.013.156)
	(6.175.289)	-	-	-	(6.175.289)
Activos financeiros líquidos	4.591.054	1.572.643	22.146	-	6.185.843
2019					
Activos financeiros:					
Clientes	1.622.685	256.996	-	-	1.879.681
Caixa e equivalentes de caixa	4.425.643	1.083.910	16.624	467	5.526.644
	6.048.328	1.340.906	16.624	467	7.406.325
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(546.400)	-	-	-	(546.400)
Empréstimos obtidos	(439.382)	-	-	-	(439.382)
	(985.782)	-	-	-	(985.782)
Activos financeiros líquidos	5.062.546	1.340.906	16.624	467	6.420.543

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

43

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	USD		ZAR		Other	
	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição
2020						
Ganho / (perda)	1.076,63	(1.076,63)	157,26	(157,26)	2,21	(2,21)
Activos financeiros	459,11	(459,11)	-	-	-	-
Passivos financeiros	617,53	(617,53)	157,26	(157,26)	2,21	(2,21)
2019						
Ganho / (perda)	604,833	(604,833)	134,091	(134,091)	1,709	(1,709)
Activos financeiros	(98,578)	98,578	-	-	-	-
Passivos financeiros	506,255	(506,255)	134,091	(134,091)	1,709	(1,709)

30.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2020	2019
Bancos	12.257.905	6.513.394
Clientes	3.385.758	3.199.958
Outros activos financeiros	201.302	156.955
	15.844.965	9.870.307

44

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

	2020	2019
Outros activos financeiros		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	23.185	23.185
CFM - Sociedade Turística	5.366	5.366
	29.171	29.171

	2020	2019
Estado		
Empréstimos obtidos.	2.504.288	1.317.252
	2.504.288	1.317.252

29. Compromissos e contingências

29.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 26.447 milhares de meticals.

29.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

29.3 Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

29.4 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2020, apresenta-se como segue:

Beneficiário	Finalidade	Valor	Moeda	Banco
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso	1.730.255	MZN	BCI

41

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

30. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlar e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêm periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

30.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

30.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	2020	2019
Empréstimos bancários	2.508.868	392.022
Financiamentos do Estado	2.504.288	1.317.252
Total	5.013.156	1.709.274
Bancos	12.257.905	6.513.394
Redução de 50 pontos percentuais	7.244.749	4.804.120
	36.224	24.021

30.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rand. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

42



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

30.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
2020				
Fornecedores	671.030	-	-	671.030
Empréstimos obtidos	114.109	2.622.977	2.276.070	5.013.156
Outros passivos financeiros	1.372.533	-	6.002.246	7.374.779
	<u>2.157.672</u>	<u>2.622.977</u>	<u>8.278.316</u>	<u>13.058.965</u>
2019				
Fornecedores	1.109.167	-	-	1.109.167
Empréstimos obtidos	471.493	79.471	1.158.310	1.709.274
Outros passivos financeiros	45.277	-	6.002.246	6.047.523
	<u>1.625.937</u>	<u>79.471</u>	<u>7.160.556</u>	<u>8.865.964</u>

30.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

45

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	2020	2019
Total dos empréstimos	5.013.156	1.709.274
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(12.257.922)	(6.516.126)
Dívida líquida	(7.244.766)	(4.806.852)
Capital próprio	39.718.907	34.496.139
	<u>32.474.141</u>	<u>29.689.287</u>
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	(22%)	(16%)

30.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transaciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

30.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

30.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	2020	2019
Clientes	3.385.758	3.199.958
Outros activos financeiros	201.302	156.955
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12.257.922</u>	<u>6.516.126</u>
	<u>15.844.982</u>	<u>9.873.039</u>
Empréstimos obtidos	(5.013.156)	(1.709.274)
Fornecedores	(671.030)	(1.109.167)
Outros passivos financeiros	(7.374.779)	(6.047.523)
	<u>(13.058.965)</u>	<u>(8.865.964)</u>
Passivos financeiros líquidos	<u>2.786.017</u>	<u>1.007.075</u>

46

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

31. Impacto da Pandemia do COVID - 19

O Sector ferro portuário de que o CFM é um dos actores importantes a par das concessionárias na sua dinamização é o Sector de Logística por Excelência.

Os desenvolvimentos recentes a nível mundial, continental, regional e nacional, ditados pelas inovações tecnológicas e pelas novas formas de organização da produção, onde as indústrias produtivas e os serviços passaram a concentrar-se no negócio principal, obrigaram a produção de bens e serviços a extravasar fronteiras nacionais, o que subverteu os conceitos tradicionais de territorialidade.

Hoje é comum que uma indústria baseada num país receba de um outro país componentes para a montagem do produto acabado, pressionando o transporte e a logística a desempenharem um papel fundamental, obrigando a construção de novas infra-estruturas e a modernização das já existentes.

Pelo que, qualquer choque externo, por mais localizado que se considere, devido a Globalização tem sempre impactos, sejam eles positivos e ou negativos em outros países, sobretudo quando os choques acontecem em países com maior peso no comércio externo, como é o caso da China e neste caso que abala todo o mundo.

O novo coronavírus ou COVID-19 é uma doença de fácil transmissão. Pelo que, o impacto nos sectores produtivos como o da logística, tem sido devastador.

Os terminais ferro portuários, são locais de grande aglomeração de pessoas, que os torna potenciais locais de propagação do COVID-19, pelo que, os seus efeitos impactaram no transporte ferroviário e manuseamento portuário de carga com maior incidência para o corredor ferroviário sul no interface com a África do Sul devido ao *lockdown* imposto de circulação de pessoas e bens nos meses de Março a Junho, o que em termos globais ao nível da ferrovia afectou a produção em menos de 10% do que estava planeado, ao se ter transportado para todo o sistema ferroviário sob gestão do CFM cerca de 10,5 milhões de toneladas líquidas contra as cerca de 11,7 milhões de toneladas líquidas planificadas.

De notar que os volumes do porto de Maputo em particular, dependem em 70% do trânsito de exportação e 30% (importações e exportações nacionais).

Assim, o alastramento do COVID-19 poderá condicionar os mercados internacionais, a produção mineira na RSA, que já se debate com os efeitos do COVID-19, o funcionamento da fronteira de Ressano Garcia (principal ponto de entrada do trânsito de exportação) e consequentemente o nível de actividade dos Portos de Maputo e da Matola.

Medidas Adoptadas pela Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique para Mitigação do Impacto do COVI19 e acções subsequentes

No âmbito das acções tendo em vista à prevenção contra a contaminação do Coronavírus e em alinhamento com as orientações do Governo, a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) determinou a adopção de um conjunto de medidas a serem cumpridas nos Portos, Sistema Ferroviário, bem como nos sectores de produção da Empresa.

As medidas, ingem-se nos seguintes termos:

47

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

- Elaboração e divulgação de mensagens esclarecedoras sobre o COVID-19, disseminadas através de canais internos como sejam, comunicações internas, *email's* e grupos de *whatsapp's*, bem como através da imprensa (escrita e televisiva).
- Suspensão temporária do uso de acesso biométrico aos locais onde está instalado.
- Higienização das mãos dos trabalhadores (desinfecção das mãos ao entrar ao sair das salas ou áreas de trabalho) e passageiros que tomam os comboios.
- Aquisição e colocação, em todos os sectores da empresa (Sede, CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte), de Dispensadores com gel em álcool, bem como pulverização e desinfecção das carruagens e estações e pátios adjacentes.
- Portas e janelas permanentemente abertas dos locais de trabalho.
- Manter os focos de possível contágio sempre limpos (maçanetas, corrimões, balcões, secretarias, teclados e mouses de computadores, entre outros).

À par dessas medidas e face a declaração do Estado de Emergência e mais tarde do Estado de Calamidade que vem vigorando, o CFM passou a praticar o horário laboral único, à excepção das áreas operacionais, que continuam a praticar o horário em regime de turnos, contudo obedecendo a rotatividade anunciada pelo Governo.

Todo o trabalhador com sintomas da doença é chamado a permanecer em casa, até que seja declarado saudável pelas autoridades da saúde. Nestes casos deverá ser portador de um comprovativo da sua situação, no seu regresso ao trabalho.

De igual modo, faz parte das orientações que, todos os trabalhadores que se encontrem de viagem no estrangeiro, no seu regresso devem observar um período de quarentena correspondente ao enunciado no protocolo divulgado pelas autoridades de saúde a partir da data do seu regresso, devendo informar ao seu superior hierárquico, quer por telefone, email e outros meios que não exijam a sua deslocação ao local de trabalho.

Pelo nível de dependência do Porto em relação à exportação de trânsito da África do Sul e da China e Índia como Países de destino, tal situação poderá efectivamente comprometer a produção e produtividade e consequentemente as receitas de serviços ferro portuários e seus correlativos (agentes, estiva, transporte, etc.).

Como uma das formas mais prática de mitigação dos efeitos maléficos da pandemia da Covid 19 sobre o capital humano, o CFM está a levar a cabo as seguintes acções:

- Em curso uma iniciativa da UNI-VAX para vacinação dos trabalhadores e seus dependentes na base de um memorando de entendimento com o Ministério da saúde.
- Há previsão de aquisição de vacinas para um universo de mais ou menos **25,000** pessoas(trabalhadores e seus agregados).

32. Posicionamento do CFM na indústria de Petróleo e gás em Moçambique

As recentes descobertas de importantes reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, com estimativas provadas a volta de 93 Tcf, a que se juntam mais 4 Tcf já em produção na zona Sul, na região de Pandemane colocam Moçambique numa posição privilegiada, podendo se tornar num dos 10 maiores produtores mundiais de GNL e competir com outras nações africanas, tais como, a Nigéria e a Argélia.

48



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Existem, ainda, outras reservas prováveis na Bacia do Rovuma e cerca de 6 Tcf na zona sul. Outras potenciais reservas na Bacia do Buzi, ainda em fase inicial de estudos exploratórios, dão uma indicação do imenso potencial em hidrocarbonetos existentes em Moçambique.

A adopção de uma estratégia integrada para a monitorização destes abundantes recursos petrolíferos e a sua conversão em factores de desenvolvimento socioeconómico do País deve ser visto como um factor determinante e de definição do sucesso.

A estratégia deve (necessariamente) promover o Conteúdo Local almejando sempre a felicidade económica dos moçambicanos, por via da industrialização e a participação dos mesmos nas diversas oportunidades de negócio que poderão ser geradas nas vertentes de exploração e produção (*upstream*), armazenamento, logística e transporte (*midstream*) e processamento (*downstream*).

Os Projectos da Bacia de Rovuma têm o potencial de:

- Transformar a economia moçambicana, tornando-a robusta e geradora de elevadas receitas para o Estado.
- Estimular oportunidades imensuráveis e o crescimento de empresas moçambicanas, sem comprometer a competitividade da indústria de O&G.
- Fomentar o desenvolvimento humano e social e propiciar igualdade de acessos e oportunidades, podendo contribuir para uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Sendo o CFM um actor importante na logística ferro portuária, afigura-se pertinente o seu envolvimento na indústria de O&G, com as premissas de:

1. Implantação, exploração e desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e/ou serviços de logística portuária e de transporte em Moçambique, em geral, interessam ao CFM por ser parte da sua missão e escopo de actividade. É do interesse do CFM:
 - ✓ Construção e Operação do Porto MultiÚso de Palma (Afungi, Palma)
 - ✓ Prestação de Serviços Marítimos (Pemba & Afungi)
 - ✓ Prestação de Serviços e Logística Portuária (Nacala, Pemba & Afungi)
 - ✓ Transporte Marítimo de LNG (Afungi para o resto do Mundo)

O envolvimento do CFM assenta-se na seguinte base:

2. O CFM tem a obrigação de captar as oportunidades de negócio que os Projectos de Gás geram para o sector dos transportes (incluindo, por via da Satisfação do Conteúdo Local), através:
 - ✓ Incremento da competitividade das Empresas Moçambicanas e da Economia, assegurando a provisão de serviços requeridos para atender as necessidades da indústria de petróleo e gás.
 - ✓ Obtenção de ganhos para Empresa/Economia, gerando a antecipação das receitas do gás.
 - ✓ Desenvolvimento do *linkage* e sinergias a nível do sector empresarial público e privado moçambicano e o valor acrescentado.
 - ✓ Criação de emprego e transferência de know-how para os Moçambicanos qualificados ou não, participando na cadeia de fornecimento e na cadeia de valor do petróleo e gás.

O envolvimento do CFM justifica-se pelo facto de:

3. O Governo ter conferido ao CFM a especial missão de participar e envolver-se em negócios de O & G (Ex: LNG Shipping – Área 1), o que deve permitir:
 - ✓ Empoderamento de Moçambique nos negócios de O & G: hoje - Área 1 (Afungi), amanhã - Área 4 (Offshore), depois - Área 5 (Angoche);

49

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

- ✓ Diversificação e agregação de novos negócios para o CFM, com a participação na indústria de O & G.

33. Investimentos previstos para o ano 2021

Para o ano 2021, o CFM compromete-se em realizar investimentos em activos ferro-portuários ligados a infraestrutura bem como no incremento do material circulante para fazer face a contento das previsões de tráfego em todos os corredores em que a gestão está sob sua alçada. Para o efeito, o destaque vai para os seguintes projectos:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

- Aquisição de material circulante para fazer face a concorrência da rodovia no corredor de Maputo para as Linhas de Goba, Ressano Garcia e Limpopo;
- Duplicação da Linha de Ressano de Garcia no âmbito do Plano Quinquenal do Governo 2020/2024;
- Factores exógenos na relação com a TFR e NRZ, problemas internos na gestão da TFR (roubo de cabos eléctricos na linha férrea) e dificuldades de gestão operacional do NRZ associados a actual situação económica instável do Zimbabwe.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO:

- Reposição da capacidade operacional, face aos danos causados pelo ciclone IDAI;
- Dredagem de manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Beira;
- Reabilitação da Linha de Machipanda, financiado pelo sindicato de bancos (BCI, Standard Bank e Absa) com duração prevista para 2 anos;
- Aquisição de material circulante, financiado pelo Exim Bank para face a concorrência do tráfego rodoviário, numa perspectiva de complementaridade;

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO NORTE:

- Investimento e ampliação do Porto de Pemba tendo em vista maximizar o volume de negócio gerado com a implantação do projecto do Óleo e Gás.
- Criação de Condições alternativas para o restamento das actividades com normalidade no Porto de Mocimboa da Praia

SEDE:

- Investir em novas áreas estratégicas de negócio (ex: Óleo e Gás no âmbito do Conteúdo Local);
- Harmonização com a Autoridade Tributária sobre os horários de trabalho na Ferrovia e no Porto;
- Reflexão sobre os actuais problemas de gestão operacional com as administrações vizinhas (TFR e NRZ) que impactam na demanda de tráfego para os corredores de Maputo e da Beira e possível apoio na solução
- Harmonização com as entidades do Governo na busca de financiamento para o sector face as recentes alterações na Lei Cambial.

Os projectos de investimento acima destacados e agregados com outros não de menor importância, resumem-se em termos de distribuição por região, na tabela ilustrativa seguinte:

50

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de Meticals)

Direcção executiva	Aprovado para 2021
CFM-Sul	2 538 750
CFM-Sede	7 976 941
CFM-Centro	3 341 864
CFM-Norte	498 870
BRLM	3 931 122
Orçamento de investimentos aprovados para 2021 sem BRSM	14 356 425
Total dos Investimentos	18 287 547

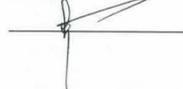
Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos ligados essencialmente ao impacto da prevalência da pandemia da COVID - 19, a actividade e rentabilidade da organização será afectada em menor ou maior grau. Com base em toda informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez geral e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio de continuidade e das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

34. Aplicação dos Resultados Líquidos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada a 31 de Maio do corrente ano com o acionista único representado pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado – IGEPE, apreciou positivamente as demonstrações financeiras do CFM do exercício económico e financeiro findo a 31 de Dezembro de 2020 e deliberado a aplicação do resultado líquido de 5.226.668 milhares de meticals, nos termos ilustrados na tabela abaixo:

Descrição	%	Valores em Milhares de MT
Reserva para fins sociais	10	522.668,80
Reserva de Investimentos	67	3.501.867,56
Dividendos	23	1.202.133,64
TOTAL	100	5.226.668,00

A Direcção



O Técnico de Contas



51

